

DOI: 10.24024/23585188v17n2a2024p04020

A construção da hegemonia na avaliação educacional em Pernambuco: uma análise pós-estrutural*The construction of hegemony in educational assessment in Pernambuco: a post-structural analysis*Divane Oliveira de Moura SILVA¹
Leandra Cristine Pianco da SILVA²
Kátia Silva CUNHA³

Resumo: Este estudo investiga as transformações na avaliação educacional em Pernambuco, com foco no Programa Juntos pela Educação, o qual passou a ser vivenciado na gestão da governadora Raquel Lyra. Utilizamos a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe para analisar como discursos hegemônicos articulam significados e afetos para promover identificação e legitimação de práticas educacionais. A Teoria do Discurso revisa criticamente o marxismo, considerando a hegemonia como prática articulatória que estabiliza o campo discursivo. Esse prisma teórico destaca a interconexão entre significação, afeto e identificação, oferecendo uma compreensão profunda da política educacional. Assim, analisamos documentos oficiais e discursos políticos, emergindo que o programa em pauta promete uma educação inclusiva e de qualidade, utilizando índices educacionais como representação da qualificação educacional. Entretanto, sendo a política um esforço contingente na construção de uma totalidade social impossível, a análise de políticas públicas não pode deixar de considerar os aspectos afetivos. Concluímos que em Pernambuco, a avaliação educacional é reforçada afetivamente por meio de índices, embora a racionalidade negue a afetividade e a natureza do político. Estudos futuros podem considerar relações de poder, vozes excluídas e novas possibilidades na política pernambucana.

Palavras-chave: Avaliação educacional. Hegemonia. Teoria do Discurso. Políticas públicas. Identificação.

Abstract: This study investigates the transformations in educational evaluation in Pernambuco, focusing on the Together for Education Program, which began to be experienced during the administration of governor Raquel Lyra. We use Laclau and Mouffe's Discourse Theory to analyze how hegemonic discourses articulate meanings and affects to promote identification and legitimization of educational practices. Discourse Theory critically reviews Marxism, considering hegemony as an articulatory practice that stabilizes the discursive field. This theoretical prism highlights the interconnection between meaning, affect and identification, offering a deep understanding of educational policy. Thus, we analyzed official documents and political speeches, emerging that the program in question promises an inclusive and quality education, using educational indexes as a representation of educational qualification. However, as politics is a contingent effort in the construction of an impossible social totality, the analysis of public policies cannot fail to consider the affective aspects. We conclude that in Pernambuco, educational assessment is affectively reinforced through indexes, although rationality denies

¹ Doutoranda em Educação Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA). Secretária Executiva no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9867249027380041>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5349-6845>. Email: divane.oliveira@ufpe.br

² Doutoranda em Educação pelo PPGEdu-UFPE. Professora efetiva pela Secretaria de Educação de Pernambuco e professora efetiva pela Secretaria de Educação do Jaboatão dos Guararapes. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2701457730075628>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6139-2103>. Email: leandra.pianco@ufpe.br

³ Professora Doutora Associada da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) e do programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea (PPGEDUC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8333609070079117>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9282-715X>. Email: katia.scunha@ufpe.br

DOI: 10.24024/23585188v17n2a2024p04020

affectivity and the nature of politics. Future studies may consider power relations, excluded voices and new possibilities in Pernambuco politics.

Keywords: Educational assessment. Hegemony. Discourse Theory. Public policy. Identification.

1 Introdução

O estado de Pernambuco tem sido palco de diversas transformações no campo da avaliação educacional, refletindo as complexidades e contradições inerentes às políticas educacionais. Entre elas, emerge o programa *Juntos pela Educação* (Pernambuco, 2023a), o qual foi instituído na gestão da governadora Raquel Teixeira Lyra Lucena – doravante, Raquel Lyra. Esse programa foi estabelecido pelo Decreto de nº 54.836, de 2 de junho de 2023, contemplando uma série de ações que envolvem: políticas educacionais em colaboração com municípios; segurança escolar e alimentar; saúde; esportes; e inclusão de pessoas com deficiência.

Nessa conjuntura, propomos uma análise exploratória da compreensão dessas dinâmicas, focalizando a construção da *hegemonia*, na mobilização de *significados, afetos e identificações*. Nossa análise⁴ parte da perspectiva pós-estrutural da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015). *Objetivamos* analisar como os discursos hegemônicos na política de avaliação educacional pernambucana, por meio do programa *Juntos pela Educação*, articulam significados e afetos para engendrar processos de identificação e legitimar práticas. Paralelamente, salientamos a Teoria do Discurso Pós-estrutural como abordagem teórico-metodológica para a análise crítica de políticas públicas.

Reconhecemos a natureza emocional dos seres humanos e como suas subjetividades geram contradições no terreno discursivo, caracterizado por inconsistências e desordens. Assim, a *importância do afeto* na construção política necessita ser considerada, desafiando os estudos que priorizam a razão como o suporte essencial da humanidade. Portanto, nossa pesquisa não se limita à observação da política como um fenômeno externo, mas abrange especialmente o processo de sua construção discursiva, que envolve elementos linguísticos e não linguísticos.

⁴ O estudo integra uma investigação no Laboratório de Pesquisa em Políticas, Currículo e Docência da Universidade Federal de Pernambuco.

DOI: 10.24024/23585188v17n2a2024p04020

Para alcançar nossos objetivos, dividimos este texto em quatro seções, conforme segue: na primeira seção, apresentamos brevemente nosso *referencial teórico* pós-estrutural com conceitos que guiam nossa investigação, incluindo a noção de hegemonia como prática política. Na segunda seção, detalhamos nosso *percurso teórico-metodológico* pela abordagem da Teoria do Discurso. Na terceira seção, aprofundamos a compreensão sobre *significação, força afetiva e identificação*. Na quarta seção, articulamos analiticamente a Teoria do Discurso à *construção* do programa *Juntos pela Educação*, identificando os discursos que procuram sustentar e sedimentar certa dinâmica na avaliação educacional no estado de Pernambuco.

2 Um referencial teórico Pós-Estrutural

Os estudos pós-estruturais, apesar de não serem unificados, compartilham a compreensão de que o significado das coisas não está fora, no mundo, esperando para ser *lido* por alguém. Em vez disso, o significado é sempre relacional (Howarth; Griggs, 2015). Para entender os significados – diferentemente do estruturalismo, que foca apenas nas estruturas internas – o pós-estruturalismo vê os símbolos que usamos em um contexto maior, incluindo as ações e a linguagem. A ideia principal é que o significado das palavras, das instituições e das identificações, pode ser apreendido pela percepção de como esses elementos interagem entre si e com o mundo.

Seguindo a perspectiva pós-estrutural, podemos vislumbrar uma variedade de interpretações ao pensarmos no sentido da avaliação educacional. Isso nos leva a uma impossibilidade de alcançar um significado completo para essa prática. Contudo, há sempre tentativas contínuas de preencher essa lacuna com interpretações parciais e provisórias. Dessa maneira, podemos dizer que se torna inviável capturar a essência da avaliação educacional em sua totalidade. Isso também explica por que a avaliação educacional tem sido continuamente redefinida e reestabelecida a partir de diferentes perspectivas teóricas e práticas ao longo da história. Sob essa ótica, percebemos a ausência de um fundamento definitivo.

Assim, as ideias, os conceitos e os sistemas de pensamento são construções que contêm contradições e instabilidades internas, e por conseguinte, o significado é sempre provisório e contextual (Derrida, 2002). Por isso, em vez de buscar substituir uma certeza por outra, um pesquisador pós-estrutural mantém o questionamento aberto e contínuo, permitindo uma reflexão crítica constante. Essa abordagem não visa estabelecer uma nova ordem ou sistema

definitivo, mas sim manter um espaço para o pensamento crítico e a multiplicidade de interpretações.

Nesse prisma teórico, qualquer busca por significados absolutos ou finais é abandonada, introduzindo um elemento de incerteza. Essa incerteza, não é vista como algo negativo, mas, é entendida como uma fonte de liberdade. Ela abre espaço para novas possibilidades e interpretações que ainda estão por vir. Em outras palavras, ao aceitar que não há verdades ou significados estáticos, abrimos a porta para a criatividade, para a inovação, em virtude do adiamento contínuo dos sentidos. A incerteza permite que o futuro seja moldado de maneiras imprevisíveis e não limitadas pelas certezas do presente.

É partindo dessas premissas, que a Teoria do Discurso Pós-estrutural oferece uma abordagem dinâmica, apresentando *os discursos* como resultados de práticas articulatórias (Laclau; Mouffe, 2015). Nessa perspectiva, a compreensão de *hegemonia* passa a realçar a interconexão entre *significação, afeto e identificação* na construção do campo político. A significação seria uma rede de relações, sempre em fluxo e nunca completamente finalizada, emaranhada ao inconsciente pela afetividade.

Nessa direção, decidimos explorar o campo social no âmbito do discurso da avaliação educacional em Pernambuco, reconhecendo as limitações das abordagens discursivas que têm se restringido ao aspecto linguístico na análise do discurso. Com influências psicanalíticas, o enfoque teórico-discursivo pós-estrutural nos possibilita conceber que a política educacional não é apenas um conjunto de políticas e programas, mas um campo discursivo onde a construção de identificações e a negociação de significados está relacionada ao afeto.

Dentro da investigação social, uma efervescência na *dimensão afetiva* pode ser percebida durante os primeiros anos do século XXI. Em um estudo de revisão, Burgos e Barriga (2023) caracterizam esse fenômeno como desdobramento de uma *virada afetiva*, observada pela diversidade de perspectivas disciplinares e pela multiplicidade de métodos, abordagens e técnicas utilizadas. Embora o interesse na pesquisa sobre afeto continue a crescer, a análise do seu papel na construção discursiva tem sido pouco explorada, sendo sua recente emergência, em grande parte, resultado das discussões pós-estruturais.

Nesse caminho, defendemos que as práticas também devem ser percebidas como políticas discursivas. Semelhantemente ao texto da política, elas procuram organizar o social e intencionam definir quais vozes podem ser ouvidas, quais problemas são prioritários e como os recursos são distribuídos, moldando assim a configuração do campo social (Ball, 1993). Nesse

DOI: 10.24024/23585188v17n2a2024p04020

emaranhado de intenções, reafirmamos que não podemos ignorar o *valor do afeto* na análise e na tomada de decisões políticas, argumentando que as práticas discursivas não são um reflexo da realidade, mas são a efetiva construção da realidade.

3 Estratégia teórico-metodológica

Nosso arcabouço teórico-metodológico está ancorado nos estudos da Escola de Essex, dentro do enquadramento da Teoria do Discurso pós-estruturalista de Laclau e Mouffe (2015). Escolhemos um quadro teórico e analítico que nos permite identificar os afetos subjacentes e demonstrar como as fantasias psíquicas desempenham um papel significativo na criação e legitimação de medidas políticas.

Sob a ótica de conceitos da Teoria do Discurso (Laclau; Mouffe, 2015), que de agora em diante chamaremos de TD, analisamos documentos oficiais e discursos políticos relacionados ao programa *Juntos pela Educação* – o qual envolve a política de avaliação educacional em Pernambuco –, a fim de contribuir para uma compreensão mais aprofundada dos processos políticos/discursivos que o permeiam. A TD de Laclau e Mouffe (2015) representa uma *reavaliação crítica* das principais *concepções estruturais* do marxismo clássico.

Essa reavaliação, influenciada por pensadores como Gramsci, Althusser, Foucault e Derrida, resultou em uma nova abordagem teórica da hegemonia, que destaca o compromisso político ativo. Sob essa nova perspectiva, a categoria hegemonia é concebida como uma dinâmica, capaz tanto de formar quanto de desfazer alianças, desempenhando um papel preponderante na manutenção e na transformação de políticas. Sua prática é especialmente perceptível nas dimensões subjetivas/afetivas de significação no bojo da política.

Nesse prisma teórico, o *momento político* recebe ênfase – não derivando de outros campos, como por exemplo, o econômico – pois, passa a integrar o terreno principal na luta pelo significado e pela formação do social. Por conseguinte, a noção de *formação hegemônica* substitui a antiga categoria de *modo de produção* (Glynos; Stavrakakis, 2010). Por isso, a relação entre política e inconsciente não é vista como causalidade, mas como uma *indecibilidade* na lógica dos significantes, na qual, a desigualdade e o deslocamento definem a possibilidade ou impossibilidade de qualquer identidade (Laclau, 1990).

Laclau propõe que a significação e o afeto não são fenômenos distintos, mas interconectados através de uma operação do inconsciente denominada catexia. A catexia não é

DOI: 10.24024/23585188v17n2a2024p04020

um fenômeno separado de significado, mas está intrinsecamente ligado a ele. Nesses termos, com relação às formações hegemônicas, podemos pensar com Laclau que:

As diferentes operações significantes [...] podem explicar, até agora, as *formas* que o investimento assume, mas não a *força* de que o investimento consiste. Fica claro, no entanto que, se uma entidade se torna objeto de investimento — como apaixonar-se ou odiar —, este pertence necessariamente à ordem do afeto. [...] Seria um equívoco pensar que, ao acrescentar o afeto ao que dissemos até agora sobre a significação, eu estaria juntando dois diferentes tipos de fenômenos que seriam separáveis, pelo menos analiticamente. A relação entre significação e afeto é, na verdade, mais íntima [...] é necessário o afeto para que a significação venha a ser possível. [...] O afeto não é algo que existe por si próprio, independente da linguagem. Ele se constitui somente através da catexia diferencial de uma cadeia de significação. É exatamente este o significado de “investimento”. A conclusão é clara: os complexos que denominamos “formações discursivas ou hegemônicas”, que articula a lógica diferencial e a lógica da equivalência, seriam ininteligíveis sem o componente afetivo. (Laclau, 2013, p. 172-173).

Em outras palavras, o afeto não existe de forma independente da linguagem; ao contrário, ele é constituído através do investimento diferencial em uma cadeia de significação. Sem o componente afetivo, as operações hegemônicas seriam ininteligíveis, uma vez que a hegemonia implica um investimento psíquico em certos objetos. Mas, como acontece essa predileção por certos objetos? Precisamos investigar mais a fundo.

Até aqui, compreendemos que a hegemonia envolve uma *identificação* no processo de *significação*, a qual está ligada à *força afetiva*. Como veremos a seguir, devido à importância desses aspectos, nosso percurso teórico-metodológico produziu dois movimentos. No primeiro, nos detemos da compreensão da significação, da força afetiva e da identificação. No segundo, exploramos como esses aspectos contribuem, em vistas à hegemonia, na construção da política de avaliação educacional pernambucana pelo programa *Juntos pela Educação*.

4 Aprofundando a compreensão: significação, força afetiva e identificação

Inicialmente destacamos que, sob a ótica pós-estruturalista, a *significação* não é algo fixo, mas depende da complexa rede de relações que formam a linguagem (Derrida, 2002). Essa rede se estende por toda a cadeia de significados, criando uma teia de conexões que está em constante mudança e geração de novos sentidos. As palavras não têm significados estáticos por si mesmas, mas são entendidas dentro de um sistema de linguagem no qual estão inseridas. Isso torna o

DOI: 10.24024/23585188v17n2a2024p04020

significado sempre indefinido – ou adiado – pois não pode ser determinado definitivamente em qualquer sistema de conhecimento.

Já a compreensão da TD sobre a *força afetiva* está relacionada a contestação pós-estrutural da concepção clássica do sujeito racional, completo e estável. Sob a influência da psicanálise de Lacan (1999), a TD avança, caracterizando o sujeito como dividido. Como este aspecto está no foco de nossa investigação, precisamos explorá-lo com mais ênfase. Para essa compreensão do sujeito, destacamos que a fragmentação integra o processo de aquisição da linguagem, pois esse evento inscreveu o sujeito em uma ordem sócio simbólica, que é um sistema de diferenças.

A fragmentação do sujeito decorre em uma perda irrecuperável: o acesso ao Real, um resto inassimilável que resiste à simbolização. Por esse motivo, o sujeito se apresenta marcado pela falta do Real, sendo atravessado e constituído por essa falta. Entendemos com Lacan, que a falta do Real é parcialmente tamponada pela fantasia e pela apresentação de um objeto, designado de *objeto a*. A fantasia opera organizando parcialmente as percepções da realidade e estruturando a compreensão das relações sociais (Howarth; Griggs, 2015). Ela faz uso do *objeto a* prometendo uma plenitude por vir.

O *objeto a* – conhecido como objeto-causa do desejo – apesar de parcial, assume a representação da plenitude inatingível, encapsulando miraculosamente tanto a falta quanto a promessa de satisfação, com a recuperação do gozo perdido e impossível. No entanto, o desejo e sua busca contínua em algo que falta, é transferido de objeto para objeto de forma metonímica. Aqui entra a catexia, ao envolver a personificação de uma plenitude ausente em um objeto, onde o *afeto* é um componente constitutivo. Esse investimento afetivo transforma um objeto parcial em um representante de uma totalidade inatingível, um significante que, embora tenda ao vazio, é carregado de significado simbólico.

Nesse prisma, há uma busca incessante por uma identidade perfeita, pois o sujeito não é uma substância estática, mas sim um fenômeno emergente de sua própria "fratura", de sua própria impossibilidade (Lacan, 2010, p. 272). Esse conceito, apresentado por Lacan, sugere que a identidade é um processo contínuo de emergência e transformação. Mouffe (2023, s. p., tradução nossa) reforça essa ideia ressaltando que “embora a identificação seja constitutiva da subjetividade, ela não pode resultar em uma identidade subjetiva estável”. Ou seja, mesmo que os sujeitos se identifiquem com certos elementos ou ideias, sua identidade permanece fluida e sujeita a mudanças, refletindo a complexidade e a instabilidade inerentes à condição humana.

DOI: 10.24024/23585188v17n2a2024p04020

Enquanto uma *identidade* é tipicamente vista como uma representação fixa e permanente do eu, a concepção referente à *identificação* a entende como um processo dinâmico pelo qual os indivíduos se relacionam com elementos externos para construir sua subjetividade. Este argumento último, ao qual nos vinculamos, defende que, embora a identificação desempenhe um papel importante na formação do sujeito, ela não é capaz de assegurar uma identidade subjetiva estável, já que a subjetividade é fluida e está sujeita a uma constante transformação, influenciada por uma variedade de fatores internos e externos ao longo do tempo.

Por essa ótica, o sujeito não pode ser reduzido a uma exclusiva posição no discurso, devido a sua falta de identidade constitutiva, que é intransponível. Assim, concordamos com Critchley e Marchart (2004, p. 6, tradução nossa), quando afirmam que “a identidade não é mais concebida apenas como um efeito de construção estrutural, mas sim como o resultado de processos de identificação desencadeados por essa *falta de identidade*”.

Laclau e Mouffe desenvolvem a teoria da hegemonia a partir dessa ontologia da *falta do ser*. Essa perspectiva sugere que nenhuma identidade pode ser completamente estável ou definitiva. Em vez disso, as identidades estão sempre em processo de formação e transformação, ou melhor, *de identificação*. Essa visão reforça a compreensão de que os sujeitos e suas identidades não são dados ou naturais, mas são continuamente moldados e reconfigurados através de processos políticos e sociais.

Entretanto, é importante destacar que, para Laclau, semelhante ao sujeito lacaniano, não há uma "sociedade" como um espaço coeso, suturado. Apesar disso, Laclau afirma que “embora a plenitude e a universalidade da sociedade sejam inatingíveis, sua necessidade não desaparece: sempre se mostrará pela presença de sua ausência” (Laclau, 2011, p. 87). Portanto, cada necessidade ou solicitação social – demanda – é, por natureza, deficiente, pois é impulsionada pelo desejo daquilo que lhe falta ou do que ainda não foi alcançado.

Nesses termos, precisamos perceber que a *política* é o esforço contingente na construção de uma totalidade social impossível, a qual aparece como necessária (Laclau, 2014). A contingência articula a dinâmica entre o *necessário* e o *impossível*, resultando na negociação entre esses dois elementos inconciliáveis no campo político. A ausência de um fundamento fixo no social faz dele um espaço vazio, exigindo um fechamento para o sentido e para a identidade.

Portanto, na TD, a categoria da hegemonia possibilita a construção de uma sutura no campo político, mesmo diante da inexistência/impossibilidade de uma *sociedade coesa*. A operação hegemônica é vista como uma prática articulatória que temporariamente estabiliza o

DOI: 10.24024/23585188v17n2a2024p04020

campo discursivo, permitindo a *formação de identificações* com base em suas posições diferenciais no sistema. Assim, tanto a estrutura discursiva, quanto a ordem das relações sociais, são resultados de práticas articulatórias. Nesse jogo, o *discurso* refere-se à totalidade estruturada resultante dessa prática articulatória (Howarth; Griggs, 2015).

Entendemos que a luta hegemônica busca preencher o vazio social ao forjar uma totalidade, articulando elementos diversos na instituição política do social e apresentando um conteúdo parcial como representação da totalidade maior. Essa articulação envolve a formação de uma cadeia discursiva centrada em um ponto discursivo privilegiado, denominado ponto nodal, o qual opera unindo diferenças em uma cadeia de equivalência mediante uma ameaça ou inimigo em comum. Com base psicanalítica, Laclau nos lembra as motivações que constroem as identificações e as equivalências:

[...] o traço que possibilita a *mútua identificação* entre membros do grupo é um ódio comum de algo ou de alguém. A *equivalência*, porém, é precisamente aquilo que subverte a diferença, e assim toda identidade é construída no bojo da tensão entre a lógica da diferença e lógica da equivalência. (Laclau, 2013, p. 119, grifo nosso).

Contudo, ao observar as diversas demandas no social, Laclau destaca que nem toda posição ou luta tem o potencial de se tornar um ponto nodal. Ele afirma que para estabelecer uma certa ordem – presente/ausente ou necessidade/impossibilidade– “várias forças políticas podem competir em seus esforços para apresentar seus objetivos particulares como aqueles que realizam o preenchimento dessa falta. Hegemonizar algo é exatamente cumprir essa função de preenchimento” (Laclau, 2011, p. 76)”. Portanto, hegemonizar nada mais é do que preencher o vazio.

Alguns pontos nodais são fortalecidos por sua capacidade de operar no inconsciente, além de cristalizar simbolicamente a hegemonia. Dessa forma, quando uma particularidade específica se torna central e representa algo maior que si mesma, isso é influenciado pela dimensão afetiva. É através da *catexia* que uma reivindicação específica pode se tornar um ponto nodal que articula uma pluralidade de diferenças e aspira a universalidade, refletindo o desejo inconsciente captado pelos significantes. Assim, a *catexia* é o investimento afetivo que sustenta e dá sentido aos processos de *significação* e *hegemonia* na teoria discursiva de Laclau.

Nesse sentido, “a lógica do *objeto a* e a lógica hegemônica não são apenas semelhantes: são simplesmente idênticas” (Laclau, 2013, p. 180). A sustentação afetiva dos pontos nodais explica sua persistência ao longo do tempo e as dificuldades para a transformação sociopolítica.

DOI: 10.24024/23585188v17n2a2024p04020

Assim, o 'afeto' não se refere à emoção ou sentimento, mas a uma força produtiva dentro da linguagem. Laclau busca desfazer a oposição entre as dimensões simbólica e afetiva de nossa experiência ao integrá-las no contexto do discurso, quando afirma que o afeto:

[...] não é algo acrescentado à significação, mas algo consubstancial a ela. Assim, se vejo a retórica como ontologicamente primária para explicar as operações inerentes e as formas assumidas pela construção hegemônica da sociedade, vejo a psicanálise como o único caminho válido para explicar as pulsões por trás dessa construção – vejo-a, de fato, como a mais abordagem frutífera para a compreensão da realidade humana. (Laclau, 2004, p. 326, tradução nossa).

Portanto, uma análise discursiva é válida, mas não é suficiente para entender o apego a certas identificações, visto que o afeto é um elemento inerente ao sentido. Ao incorporar a ferramenta analítica lacaniana, a teoria da hegemonia pós-estruturalista captura o impacto do Real lacaniano como limite do discurso e concebe a dimensão do afeto. A categoria do Real, já mencionada, é utilizada para explicar a falta constitutiva, que representa simultaneamente o limite e a condição necessária para a identificação política.

Lacan não apenas caracterizou o Real como um limite negativo de sentido, mas também o associou ao afeto, ou gozo, como uma expressão positiva. Do mesmo modo para a TD, o Real não é apenas negativo, pois sua impossibilidade é produtiva, permitindo o processo de fixação nodal. Assim, embora o fechamento seja inalcançável, a imaginação da totalidade é sempre operante. A incorporação dos elementos do Real lacaniano na TD, corroboram com os limites da significação, e se alinham com as positivações e a energia fantasmática do afeto. A importância do afeto é apresentada como parte integrante na lógica da construção hegemônica.

Reconhecemos que a abordagem afetiva na TD foi influenciada principalmente pelas contribuições de pesquisadores como Jason Glynos e Yannis Stavrakakis, os quais enfatizaram a importância de aprofundar a compreensão do papel do afeto, o qual foi desenvolvido de forma mais detalhada nos últimos trabalhos de Laclau. Assim como Glynos e Stavrakakis (2010, p. 225), apreendemos que “na política, muitas coisas importantes acontecem abaixo do radar” e esses processos silenciosos e não oficiais são vitais para a nossa compreensão da prática social e política. Nessa direção, a psicanálise “torna possível qualificar um subconjunto desses processos silenciosos, mas irreprimíveis, como processos inconscientes [...]” (Glynos; Stavrakakis, 2010, p. 225, tradução nossa).

DOI: 10.24024/23585188v17n2a2024p04020

Por sua vez, Mouffe tem contribuído para a discussão ao descrever os afetos com o termo "paixões", por "suas conotações mais violentas", a fim de "sublinhar a dimensão do conflito e sugerir um confronto entre identidades políticas coletivas" (Mouffe, 2014, p. 149, tradução nossa). Nessa percepção, passamos a considerar a importância da crítica ao essencialismo para compreendermos o processo de construção dessas paixões, tanto na esfera pública por meio de identificações coletivas, quanto no seu modo discursivo de articulação.

Assim como essa cientista social, acreditamos que "não se pode compreender a política democrática sem reconhecer as 'paixões' como a força motriz na arena política" (Mouffe, 2013, tradução nossa). Portanto, se há algo que põe em perigo a democracia hoje, é precisamente a abordagem racionalista, porque cega à natureza do político e nega o papel central que as paixões/afetos desempenham no campo da política. Nesse sentido, Mouffe afirma que:

Muitos teóricos liberais se recusam a reconhecer a dimensão antagônica do político e o papel que os afetos desempenham na construção das identidades políticas porque *acreditam que isso comprometeria a possibilidade de consenso*, que é, a seu ver, o próprio objetivo da democracia. Eles não entendem que o confronto agonístico, longe de ameaçar a democracia, é a própria condição de sua existência. A especificidade da democracia moderna é reconhecer e legitimar o conflito e recusar-se a acabar com ele impondo uma ordem autoritária. (Mouffe, 2016, tradução nossa, grifo nosso).

Aprofundando a questão, em recentes trabalhos, Mouffe (2020; 2023) explora o conceito de "gozo" lacaniano, também analisado por Yannis Stavrakakis (2007), para *entender como* os discursos incorporam aspectos afetivos. Mouffe enfatiza a importância da conexão entre ideias e afetos, argumentando que os afetos estão ligados ao gozo do corpo, o qual impulsiona a ação política.

No próximo tópico, detalhamos a ação política da avaliação educacional pernambucana, por meio do programa *Juntos pela Educação*, que luta por hegemonia a partir de 2023. Para compreendermos os invólucros afetivos, necessitamos contextualizar o cenário político e educacional do estado, com a ascensão da governadora Raquel Lyra, empossada em 2023.

5 A construção discursiva do Programa *Juntos Pela Educação*

O governo de Pernambuco apresentou em 2023 o programa *Juntos pela Educação*, o qual influencia a avaliação educacional pernambucana, visto que intenciona "*reverter indicadores educacionais*", além de criar ações que devem impactar efetivamente no desenvolvimento da

DOI: 10.24024/23585188v17n2a2024p04020

educação, com construção e revitalização de escolas, fortalecimento da alimentação escolar, regime de colaboração com os municípios” entre outras medidas (Educação, 2023c, grifo nosso). Segundo o portal da Secretaria de Educação do Estado, a iniciativa abrange sete áreas distintas: Regime de Colaboração com os Municípios, Políticas Educacionais, Esportes, Segurança Alimentar, Segurança Escolar, Saúde e Inclusão das Pessoas com Deficiência, além de Infraestrutura e Insumos.

Entendemos que a formulação de políticas públicas não é um processo com informações e previsões perfeitas, no qual políticos – que exercem mandatos – e burocratas, buscam objetivamente a solução ideal para problemas emergentes. Os formuladores de políticas enfrentam problemas persistentes e quase insuperáveis. Armados com conhecimento e recursos administrativos limitados, eles encontram grupos de oposição, operam sob restrições socioeconômicas rigorosas e sofrem com eventos contingentes e imprevisíveis (Howarth; Griggs, 2002, 2015). Esse ambiente frequentemente força políticos e agências estatais a negociações aleatórias com coalizões de interesse, buscando mudanças incrementais enquanto maximizam o consenso.

Em Pernambuco, a construção de consensos e a articulação de identificações na política de avaliação educacional pode ser percebida por meio do discurso de *evidências*. Essa construção objetivista não é nova, pois perpassa os discursos dos governos anteriores, como expõe Silva (2023). Mesmo apresentando críticas aos gestores passados, o atual governo do estado conclui que fica “*evidente* a necessidade de implementação do programa visando a melhoria dos *indicadores* educacionais impactando positivamente na *vida da população* do Estado” (Pernambuco, 2023b, p. 2, grifo nosso).

Concordamos com Mouffe (2014) ao distinguir que entre as características do pensamento político democrático liberal está a *racionalidade*. Assim como a pesquisadora, compreendemos que as tentativas de racionalidade desvinculadas dos afetos oferecem perigos para a prática política. Pois, ao mobilizar uma ampla gama de significantes, a racionalidade opera pelo não reconhecimento da natureza da luta política e dos símbolos na construção de identificações políticas, acreditando na possibilidade de um conjunto harmonioso e não conflitante.

É importante reconhecer que, mesmo adotando uma postura de desconfiança em relação à necessidade de *reverter indicadores educacionais* na avaliação pernambucana, devemos admitir que a herança política de governos anteriores, as restrições institucionais e as mudanças

DOI: 10.24024/23585188v17n2a2024p04020

na política externa limitam as opções dos políticos e das agências estatais, resultando em trajetórias políticas dependentes do contexto. Esses processos complexos e contraditórios, que enfatizam a *melhoria da vida da população*, levantam questões sobre *como entendemos* as ações dos atores sociais no processo político. Por conseguinte, interpretações distintas da ação política levantam questões pertinentes sobre o grau em que as pressões externas e intervenções são mediadas pela *construção de eventos* pelos próprios atores (Howarth; Griggs, 2002).

Nesse aspecto, não podemos deixar de perceber que a construção da política *Juntos pela Educação* é apresentada como um evento necessário, tal como é construído um *objeto a*. Isso fica perceptível nas palavras da governadora Raquel Lyra quando endossa a urgência com valores de completude e fantasia: “o Programa Juntos pela Educação envolve *todos nós*, porque *temos o dever* de permitir que Pernambuco volte a ser *referência* no Brasil, seja *líder* no Nordeste, mas que consiga, sobretudo, garantir aos meninos e às meninas o direito de *voltar a sonhar*” (Pernambuco, 2023c, grifo nosso).

Com referência ao nosso posicionamento teórico, lembremos que a *política* é o esforço contingente na construção de uma totalidade social impossível, a qual aparece como necessária (Laclau, 2014). Assim, com vista à hegemonia, a articulação inconciliável entre o *necessário* e o *impossível* é negociada por meio da catexia. Esse investimento pulsional em determinados objetos transforma demandas sociais em significantes plenos de *sentido* e *afeto*, gerando *identificações*. Vejamos ainda como a articulação de significados e afetos opera para construir identificações e legitimar práticas.

De acordo com a cartilha do programa *Juntos pela Educação*, essa política visa fomentar “a educação inclusiva, equânime e de qualidade social, no âmbito do Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria de Educação e Esportes, com o intuito de viabilizar o crescimento dos *índices educacionais* enquanto *reflexo da qualificação* da educação básica” (Pernambuco, 2023b, p. 1, grifo nosso).

Assim, percebemos que, com vistas à hegemonia, o programa *Juntos pela Educação* é construído pelo argumento da necessidade de *inclusão* e *justiça social*. Quando uma reivindicação, como a igualdade social, é hegemonizada, ela se torna um objeto de investimento afetivo, não apenas racional. Ela opera com uma dimensão do inconsciente na identificação dos sujeitos, oferecendo um impossível preenchimento do vazio social. Esse processo de investimento afetivo é essencial para a construção de discursos hegemônicos, pois significantes atuam como representantes psíquicos e pulsões.

DOI: 10.24024/23585188v17n2a2024p04020

Nesse prisma, também há uma busca incessante por uma identidade perfeita. Para tamponar a falta que constitui o social e os sujeitos (Lacan, 2010), e forjar uma totalidade do social, a política de avaliação educacional pernambucana articula diversos elementos. Inclusive opera apresentando um conteúdo parcial – *índices educacionais* – como representação da totalidade maior – *qualificação educacional*.

Assim, compreendemos que o sujeito, perpetuamente dividido, busca uma identidade plena em um mundo, chamado grande Outro, que está repleto de objetos de identificação. No entanto, esses objetos são intrinsecamente incompletos, levando o sujeito a uma busca constante por identificações parciais para encobrir sua falta constitutiva. Essas identificações parciais, embora de forma mítica ofereçam plenitude, desempenham um papel importante na vida humana e política (Mouffe, 2023).

“O espaço mítico é constituído como uma crítica à falta de estruturação que acompanha a ordem dominante” (Laclau, 1990, p. 62, tradução nossa). Em outras palavras, o espaço político da avaliação educacional pernambucana se forma como uma resposta à ausência estrutural. Portanto, a ação política surge do sentimento de desespero do sujeito, que busca algo com que se identificar.

Entendemos que a política, porquanto prática discursiva, procura estabelecer normas e regras a partir de uma definição particular do que é aceitável ou inaceitável dentro do social. Essas normas buscam guiar as ações dos indivíduos e grupos, e almejam moldar o comportamento de acordo com os interesses e valores hegemônicos. Assim, os discursos em circulação buscam influenciar como as pessoas são percebidas e como se relacionam.

Contudo, a ontologia da *falta do ser* supõe a impossibilidade de pensar qualquer identidade como uma unidade fechada, estável, definitiva. Por conseguinte, nenhuma política, mesmo que pretensamente hegemônica é imutável, pois as identificações dos atores sociais em torno de determinadas agendas educacionais podem sofrer alterações, e novas mobilizações e engajamentos podem emergir reconfigurando o social.

6 Conclusões (in)conclusivas

Ressaltamos a necessidade de considerar os aspectos afetivos na análise de políticas públicas. Em Pernambuco, observamos o reforço afetivo na construção discursiva da avaliação educacional no programa *Juntos pela Educação*, por meio de índices educacionais e no

DOI: 10.24024/23585188v17n2a2024p04020

oferecimento de um horizonte com uma totalidade impossível. Contraditoriamente, identificamos a valorização da racionalidade, a qual desconhece a afetividade e nega a natureza do político.

Nossos achados emergem como os movimentos hegemônicos se organizam em torno de um desejo de certeza, acreditando que a subjetividade leva a consequências ruins. Por vezes, essas estratégias objetivas tentam reconstruir estruturas simbólicas tradicionais, ou ultrapassadas. Em todo caso, o esforço na hegemonia envolve criar um universo simbólico baseado em algum aspecto específico que ganha um significado universal. Isso é alcançado por meio de processos de catexia que operam no inconsciente, evocando construções de perfeições inexistentes e plenitudes impossíveis.

Nossa compreensão partiu da revisão crítica da Teoria do Discurso ao marxismo, destacando a concepção de hegemonia como uma prática articulatória que busca estabilizar precariamente o campo discursivo. Essa abordagem, que recorre à psicanálise, permite-nos discutir como a política de avaliação educacional é influenciada por dinâmicas discursivas que moldam suas estratégias e práticas.

Assim, concluímos que a Teoria do Discurso oferece uma lente poderosa para compreender a política educacional, destacando a interconexão entre significação, afeto e identificação. Propomos a continuidade de estudos que aprofundem a análise, considerando as nuances das relações de poder, as vozes excluídas e outras possibilidades na política pernambucana.

Referências Bibliográficas

BALL, S. J. What is policy? Texts, trajectories and toolboxes. **Discourse: studies in the Cultural Politics of Education**, [s.l.], v.13, n.2, p.10-17, apr, 1993.

BURGOS, R. N. B.; BARRIGA, L. M. M. D. Introducción general: Literatura, posiciones y mapa de la obra. In: BURGOS, R. N. B.; BARRIGA, L. M. M. D. (org.). **Formación, afectos y política**. Investigaciones político-discursivas en educación. Ciudad de México: Servicios Editoriales: Editorial Balam, 2023.

CRITCHLEY, S.; MARCHART, O. **Laclau: a critical reader**. New York: Routledge, 2004.

DERRIDA, J. **A escritura e a diferença**. Tradução Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2002.

DOI: 10.24024/23585188v17n2a2024p04020

GLYNOS, J.; STAVRAKAKIS, Y. Politics and the unconscious. **Subjectivity**, [s.l.], v.3, n.3, p. 225-230, 2010. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/sub.2010.17>. Acesso em: 10 jan. 2024.

HOWARTH, D.; GRIGGS, S. Poststructuralist discourse theory and critical policy studies: interests, identities and policy change. In: FISCHER, F.; TORGERSON, D.; DURNOVÁ, A.; ORSINI, M. (org.). **Handbook of critical policy studies**. New Jersey: Edward Elgar Publishing, 2015. p.111-127.

HOWARTH, D.; GRIGGS, S. The Work of Ideas and Interests in Public Policy. In: FINLAYSON, A.; VALENTINE, J. **Politics and Post-Structuralism: An Introduction**, Edinburgh: Edinburgh University Press, 2002. p. 97–111.

LACAN, J. **O Seminário: livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LACAN, J. **O Seminário: livro 8: a transferência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

LACLAU, E. **A razão populista**. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três estrelas, 2013.

LACLAU, E. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

LACLAU, E. Glimpsing the future. In: CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver. **Laclau: a critical reader**. London: Routledge, 2004. p. 279-328.

LACLAU, E. **New reflections on the revolution of our time**. London: Verso, 1990.

LACLAU, E. The impossibility of society. In: ANGERMULLER, J.; WODAK, R.; MAINGUENEAU, D. **The Discourse Studies Reader: main currents in theory and analysis**. Philadelphia: John Benjamins, 2014. p. 122-126.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical**. Brasília, DF: Editora Intermeios, 2015.

MOUFFE, C. **Agonistics: thinking the world politically**. London: Verso, 2013.

MOUFFE, C. By Way of a Postscript, **Parallax**, London, v.20, n.2, p. 149-157, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13534645.2014.896562>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MOUFFE, C. **La Révolution démocratique verte: le pouvoir des affects en politique**. Paris: Éditions Albin Michel, 2023.

MOUFFE, C. **L'illusion du consensus**. Paris: Albin Michel, 2016.

MOUFFE, C. **Politica e passioni**. Il ruolo degli affetti nella prospettiva agonistica. Roma: Castelvecchi, 2020.

DOI: 10.24024/23585188v17n2a2024p04020

PERNAMBUCO. Governo do Estado. **Decreto de Nº 54.836, de 2 de junho de 2023**. Institui o Programa Juntos pela Educação. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2023a. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/dadosReferenciais.aspx?id=73022>. Acesso em: 15 fev. 2024.

PERNAMBUCO. Governo do Estado Governo de Pernambuco lança programa Juntos pela Educação. **Secretaria de Educação e Esportes**. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2023c. Disponível em: <https://portal.educacao.pe.gov.br/governo-de-pernambuco-lanca-programa-juntos-pela-educacao/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. **Juntos pela Educação**. Secretaria de Educação e Esportes. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2023b. Disponível em: https://portal.educacao.pe.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/JUNTOS_PELA_EDUCACAO.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

SILVA, D. O. de M. **Emaranhados sociais, políticos e fantasmáticos no sistema avaliativo educacional pernambucano**: nas assombrações constitutivas, o que deixamos de enxergar? 2023. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) — Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2023.

STAVRAKAKIS, Y. **Lacanian Left**: psychoanalysis, Theory, Politics. Edinburgh: University Press, 2007.